

De: oabpe@recortedigital.adv.br

Para: rca109@hotmail.com

Data: seg., 29 de dez. de 2025, 07:06



Essa mensagem foi produzida pelo serviço "RECORTE DIGITAL" da OAB/PE, para maiores informações sobre o serviço acesse www.oabpe.org.br.

Uma cópia dos últimos 45 dias pode ser obtida acessando o Histórico de Publicações.

Acesse seu histórico de publicações pelo: <http://recortedigital.oabpe.org.br/> **CENTRAL DE SUPORTE:** oabpe@recortedigital.adv.br Fone: (81) 4062-9044

Recorte Digital - OAB - Resultado da Busca	
Advogado(a)	RONILSON COSTA ALMEIDA
Número da OAB	39980 - PE
Data processamento/pesquisa	29/12/2025 (DJPE)

Estados extras inclusos em sua assinatura: *Leitura DJ Sao Paulo, Leitura DJ Paraiba, Leitura DJ Bahia, Leitura DJ Ceará, Leitura DJ Maranhao*

Publicação: 1.

Data de Disponibilização: 23/12/2025

Data de Publicação: 24/12/2025

Jornal: Diário Oficial PERNAMBUCO

Caderno: TJPEDJEN

Local: DJEN - Diário de Justiça Eletrônico Nacional - TJPE - Plantão Judiciário Cível de 2º Grau

Página: 6128165

Intimação

PROCESSO: 0000677-87.2025.8.17.9901 - AGRAVO DE INSTRUMENTO -

|| Orgao Julgador: 8ª CAMARA CIVEL Agravo de Instrumento n.º: 0000677-87.2025.8.17.9901

Agravante: Tiago Matias de Souza

Agravado: Almir Raimundo dos Santos

Relator Plantonista: Des. Paulo Roberto Alves da Silva

DECISAO INTERLOCUTORIA Cuida-se de agravo de instrumento interposto sob a egide do regime de plantao judiciario, manejado pelo Presidente da Camara Municipal de Cedro/PE, Tiago Matias de Souza, o qual se insurge contra decisao

liminar proferida nos autos do Mandado de Seguranca nº 0001288-09.2025.8.17.3380, pela qual se suspendeu, de forma provisoria, a deliberacao legislativa que recebeu denuncia para fins de instauracao de comissao processante contra a Chefe do Executivo local, bem como os efeitos juridicos dela decorrentes, inclusive com a paralizacao dos trabalhos da referida comissao.

Alega o agravante, em apertada sintese, que a decisao atacada vulnera prerrogativas institucionais do Poder Legislativo municipal e que sua subsistencia, mesmo que temporaria, acarretaria desequilibrio nas funcoes republicanas, em flagrante desprestigio a separacao dos Poderes e a autonomia municipal, o que justificaria, sob sua otica, o exercicio da jurisdicao de urgencia no contexto do plantao judicial.

Todavia, nao obstante a aparente gravidade do tema subjacente, impoe-se rechacar o pedido de atribuicao de efeito suspensivo, por manifesta inadequacao da via excepcional utilizada. Com efeito, a atuacao do magistrado em regime de plantao representa jurisdicao de natureza extraordinaria, verdadeira excecao a regra da atuacao do juiz natural, e por isso mesmo so se legitima nos estritos limites da urgencia absolutoria, conforme delineado pelo art.

3º da Resolucao nº 267/2009, com as modificacoes introduzidas pela Resolucao nº 526/2024, ambas de lavra deste Egregio Tribunal de Justica.

Referido dispositivo normativo estatui, de forma categorica, que apenas serao conhecidos e decididos em sede de plantao os pleitos revestidos de natureza urgentissima, e desde que, cumulativamente, preencham os seguintes requisitos objetivos: I - quando, em razao do tempo exiguo, a medida ou providencia nao podia ser requerida no horario normal do expediente ou quando fundada em fatos supervenientes, ocorridos no curso do plantao;

II - quando evidenciado risco concreto e imediato de perecimento do direito ou de producao de dano grave, irreparavel ou de dificil reparacao no decurso do plantao ou nas 24 horas subsequentes; III - quando constatada a imprescindibilidade de cumprimento da medida judicial no mesmo dia ou, no maximo, no inicio do expediente subsequente.

Ainda que se reconheca a tramitacao do feito durante o recesso forense, nao ha demonstracao de que o pedido formulado no presente recurso envolva situacao de urgencia absolutamente inadiavel, cujo risco de perecimento do direito ou de dano irreparavel se projete no curso do plantao ou nas 24 (vinte e quatro) horas subsequentes. A controversia objeto do recurso, embora revestida de relevancia juridica e institucional, nao revela, no estado atual do processo, circunstancia extraordinaria que demande resposta judicial imediata, sendo plenamente compativel com a apreciacao regular pelo relator natural, no expediente forense ordinario.

Nao se verifica qualquer elemento fatico superveniente que houvesse irrompido no intersticio do plantao e que tornasse inadiavel a intervencao jurisdicional. Tampouco se evidenciam, de forma objetiva, riscos concretos de perecimento do direito ou de configuracao de dano irreparavel que nao possam ser adequadamente analisados em juizo natural.

A pretensao recursal, conquanto revestida de relevancia juridica, nao reclama medida extrema e imediata a ser implementada em regime de plantao, revelando-se, portanto, absolutamente incompativel com o rito excepcionalissimo previsto no referido diploma normativo.

Ademais, a funcao jurisdicional em plantao nao se presta a rever decisoes interlocutorias proferidas regularmente, em expediente forense, quando ausente demonstracao inequivoca de urgencia superlativa.

Admitir o contrario seria fragilizar o principio do juiz natural, de envergadura constitucional e densidade normativa qualificada (art.

5º, LIII, da CRFB), alem de promover o esvaziamento da razao de ser do regime

plantonista, que visa unicamente assegurar a prestacao jurisdicional em hipoteses de inadiabilidade extrema, e nao a reanalise ordinaria de controversias processuais. A vista do exposto, com fundamento no § 2º do art. 3º da Resolucao nº 267/2009, com redacao dada pela Resolucao nº 526/2024, nao conheço do pedido de atribuicao de efeito suspensivo, por ausencia de demonstracao de urgencia qualificada, nos termos exigidos

para apreciacao em regime de plantao judiciario. Determino, por conseguinte, a imediata remessa dos autos a distribuicao ordinaria, para regular e oportuna apreciacao pelo Desembargador natural competente, nos moldes do devido processo legal. Publique-se. Cumpra-se. Registre-se. Recife, data da assinatura digital. Des. Paulo Roberto Alves da Silva

Relator Plantonista |||

POLO ATIVO: TIAGO MATIAS DE SOUZA

POLO PASSIVO: ALMIR RAIMUNDO DOS SANTOS

ADVOGADO: **RONILSON COSTA ALMEIDA** - OAB: **039980/PE**

ADVOGADO: HEDER BEZERRA TAVARES - OAB: 049840/CE

ADVOGADO: ANDRE GUERREIRO LIMA - OAB: 064370/PE

Acesso ao documento:

[https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?](https://pje.cloud.tjpe.jus.br:443/2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25122216302955800000054362393)

x=25122216302955800000054362393

Identificador do documento: 496128165

..

Total de Publicações: 1